

---

DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (Org.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998. 210 p.

*Jane A. Russo*

*Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil*

Trabalhos clássicos em antropologia – como o de Victor Turner sobre o “médico” Ndembu e o de Evans-Pritchard sobre a bruxaria Zande – ocuparam-se do modo como, em diferentes culturas, o ser humano lida com suas aflições, seus infortúnios, incluindo o que a medicina classifica como “doença”. Do mesmo modo como ocorreu com as áreas mais tradicionais, que cedo se estabeleceram como divisões legítimas no campo antropológico – antropologia da religião, antropologia política, parentesco, entre outras – aos poucos foi se constituindo uma área de estudos antropológicos em torno das concepções de saúde e doença e das “terapêuticas” destinadas ao tratamento das diversas formas de sofrimento humano. Terreno quase movediço, com fronteiras de difícil delimitação (como, na verdade, são todos os demais), já que, especialmente em sociedades tribais, “terapêutica” e “religião” são via de regra indissociáveis. Isso sem falar na interseção com a “política” e mesmo o “parentesco”. De fato, na chamada sociedade ocidental moderna (afinal, solo no qual floresceram tais divisões da vida humana), a delimitação desses campos faz algum sentido. Mas, mesmo aí, as fronteiras que se desejaria tão claramente delimitadas volta e meia se esfumam e deixam a descoberto uma vinculação estreita entre campos aparentemente distintos. A cura produzida em um culto afro-brasileiro é uma forma de “medicina”? Ou está no campo da religião? A psicanálise é apenas uma “terapêutica”, ou na sua proposta de uma visão abrangente acerca do ser humano e de sua inserção na cultura pode ser considerada uma espécie de “cosmologia” do mundo moderno?

Esse, porém, não é um problema específico de uma antropologia da saúde (ou da doença, ou da perturbação). O risco de reificarmos as repartições do campo antropológico, isto é, tomá-las como algo mais do que artifícios

metodológicos com inegável utilidade acadêmica, é um perigo que ronda e rondou desde sempre o trabalho do antropólogo.

Visto o perigo, permanece o desafio de lidar antropologicamente com o sofrimento humano, com as aflições, os infortúnios que acometem os sujeitos em diferentes culturas. Se no caso de sociedades tribais ou tradicionais o problema com frequência é delimitar fronteiras num campo de fato contínuo, na sociedade ocidental moderna o problema costuma ser exatamente inverso: como “desrespeitar” as fronteiras estabelecidas e percebe-las também como fato cultural. Como mostrar que um ritual explicitamente religioso é também “terapêutico” e, ao mesmo tempo, que um ato terapêutico realizado num hospital tem inegável valor ritual. Como ultrapassar a visão estritamente biológica e objetivante do corpo humano, trazendo à cena um corpo atravessado por crenças e mitos, um corpo que ao mesmo tempo produz significação e desafia o sentido. Esta talvez seja a real vocação de uma “antropologia da saúde”: o atravessamento conceitual de fronteiras consagradas tanto pelo senso comum, quanto pelo *establishment* científico

A coletânea organizada por Luiz Fernando Dias Duarte e Ondina Fachel Leal inaugura a série “Antropologia e Saúde” da Editora Fiocruz, que vem em boa hora e se destina exatamente a publicar trabalhos de autores brasileiros empenhados em enfrentar o desafio de constituir um campo (e, portanto, erigir fronteiras) que trata, ele mesmo, de uma espécie de desmistificação de fronteiras. O título da coletânea – Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas – expressa, de um lado, o cuidado dos organizadores em evitar uma rotulação fácil, e de outro, sua proposta de uma visão mais abrangente do campo, que inclua abordagens e pontos de vista diferenciados e mesmo divergentes.

De fato o que, para simplificar, chamamos de “antropologia da saúde” vem se estabelecendo como campo de pesquisa e debate na antropologia brasileira desde o início dos anos 90. Meia-irmã da Saúde Coletiva, tem com esta importantes relações de vizinhança e de troca. Sua constituição muito deve aos Grupos de Trabalho da Anpocs e da ABA, quase sempre liderados pelos organizadores da coletânea. Esta pode ser vista como uma espécie de balanço dos temas e das áreas em torno dos quais esse tipo de pesquisa está sendo realizado na antropologia brasileira hoje. Seu valor, entretanto, vai além do

mero levantamento “panorâmico”. O exame dos textos que compõem o livro permitem uma visão dos debates propriamente conceituais que atravessam a área em torno de suas definições chave.

Uma presença importante na coletânea são os trabalhos de algum modo vinculados ao NUPACS (Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde), da UFRGS, grupo liderado por Ondina Fachel Leal e cuja produção já alcançou indiscutível maturidade na área. Dois textos – o de Núbia Rodrigues e Carlos Alberto Caroso e o de Iara de Almeida Souza – representam importantes núcleos de pesquisa da Universidade Federal da Bahia, que também têm apresentado no correr dos anos uma produção de pesquisas e trabalhos extremamente consistente. Os demais textos, não necessariamente vinculados a grupos consolidados, testemunham a diversidade e a riqueza do campo. O de Maria Teresa Citeli, Cecília de Mello e Souza e Ana Paula Portella apresenta dados da parte brasileira de uma pesquisa multicêntrica realizada em sete países (Brasil, México, Estados Unidos, Nigéria, Filipinas, Malásia e Egito) por um grupo de pesquisa internacional. (International Reproductive Rights Research Action Group). Evidencia-se aí uma vinculação entre pesquisa e intervenção (ou ação) que é uma marca do campo – para isso basta lembrar a importante produção em torno da epidemia de Aids – e que aponta para uma discussão não menos importante: que respostas pode dar a antropologia, com seu método e suas construções teóricas, às questões colocadas pela urgência dos problemas com que se defrontam os profissionais de saúde no país. O texto de Eduardo Vargas, diferente dos demais por sua abordagem histórica, tem uma proposta analítica extremamente ousada e interessante. O tema – consumo de drogas legais e ilegais – é tratado de forma absolutamente inovadora no contexto de uma tese mais ampla acerca das práticas e técnicas corporais vigentes no mundo moderno.

Como se não bastasse a qualidade dos textos reunidos pelos organizadores, a introdução de Luiz Fernando Duarte é primorosa. Nela o autor introduz, além da própria coletânea, uma breve história da constituição desse campo de estudos, e de suas questões mais fundamentais. Para tanto, apresenta uma instigante reflexão acerca da antropologia e seus atuais impasses teóricos, além de expor uma proposta analítica para nortear a investigação desses fenômenos que ora classificamos como doença, ora como sofrimento, ora como

perturbação. A posição do autor, embora não seja representativa do campo como um todo, é certamente um belo ponto de partida para a construção de diálogo e interlocução entre os diferentes pontos de vista.

Coletânea que sofre do defeito das coletâneas – uma certa dispersão de abordagens – que é também sua qualidade – a diversidade analítica e metodológica – tem tudo para se tornar leitura obrigatória tanto para os “iniciados” na área quanto para os que desejam inteirar-se do que nela se passa.